PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Jéfferson Luiz da Silva Monteiro

“O Brasil era o Vale, e o Vale era o escravo”:
economia cafeeira, e política da escravidão no alvorecer do Império, 1808-1831

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP como pré-requisito para a obtenção do Título de Licenciatura em História

Orientador(a): Profa. Dra. Ana Hutz

São Paulo

2020

Resumo

O artigo explora a ascensão da economia cafeeira da região do Vale do Paraíba no mercado mundial do café nas três primeiras décadas do século XIX. Analisa o voto e a fala do deputado Raimundo José da Cunha Mattos, que sustentaram a continuidade do comércio de escravos articulado à defesa da soberania nacional, diante da pressão da Grã-Bretanha em relação a extinção do tráfico negreiro. Se, na virada do século XVIII para o século XIX com o advento da Revolução Industrial e da Revolução de Saint-Domingue a demanda e oferta de café foram modificadas, no plano local o Estado nacional brasileiro articulou um arranjo político e econômico e respondeu a esse cenário. O artigo, portanto, parte da premissa que o contexto econômico, político e social estiveram entrelaçados na montagem da cafeicultura brasileira.

Palavras-chave: economia cafeeira, soberania nacional, tráfico negreiro

Introdução

Na década de 1970 a historiografia brasileira produziu dois modelos de interpretação das relações entre capitalismo e escravidão. De forma sintética, por um lado o modelo do “modo de produção escravista colonial” foi conduzido pelos trabalhos de Ciro Flamarion Santana Cardoso e Jacob Gorender, que buscaram compreender o escravismo colonial a partir das relações internas da colônia, e por outro, que abrangeram os vínculos entre metrópole e colônia, ou a relação entre a expansão comercial europeia e a colonização do Novo Mundo, como forma de análise, encontrado no trabalho de Fernando Novais, e que teve como base os trabalhos de Caio Prado Jr., Eric Williams e Celso Furtado, deram origem ao modelo do Antigo Sistema Colonial.¹

Após a década de 1980 prevaleceram duas linhas interpretativas segundo Rafael de Bivar Marquese. Como resultado do cruzamento das interpretações do “modo de produção escravista colonial” com os estudos da história agrária do Brasil de Maria Yedda Linhares enfatizaram “a relevância das perspectivas analíticas estruturais”. Já o segundo grupo focou na história social da escravidão e teve como inspiração a obra de E. O. Thompson. O mais importante é que em ambas as trajetórias o conceito de capitalismo histórico foi abandonado.²

De todas as publicações derivadas das discussões elencadas acima, as críticas de Rafael de Bivar ao livro *O arcaísmo como projeto*³ de João Fragoso e

¹ Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. “O modo de produção escravista colonial na América.” In: Théo Santiago (org.), *América Colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975; GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1979; PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004; WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1944]; FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 13a ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

² MARQUESE, Rafael de Bivar. *As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira*. Revista de História (USP), v. 169, 2013. p. 225-229; MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. *A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia*. In: Rafael Marquese; Ricardo Salles (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 101-126.

³ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 (1ª edição 1993, edição revista).

Manolo Florentino, cujas obras estão ligadas de alguma forma ao programa da Maria Yedda Linhares, são relevantes para esse trabalho. O curto livro está dividido entre uma interessante discussão historiográfica, com o mesmo enfoque da apresentada aqui, e uma agregação do trabalho conjunto dos dois historiadores sobre a especificidade do mercado interno na virada do século XVIII para o século XIX. Definindo a economia colonial como “não-capitalista”, os negociantes de grosso trato no entorno da praça do Rio de Janeiro reinvestiram “capitais mercantis em terras e escravos, em busca de ganhos sociais, e não de ganhos econômicos (noutras palavras, reinvestimento ditado não pela lucratividade, mas pela busca de status)”.⁴ Seria esse o caráter arcaico da economia colonial. Marquese, ao contrário dos autores, pondera que entre 1822 e 1849 houve uma articulação entre o mercado mundial do café e a produção brasileira.⁵ Desse modo, a busca de sentido da crise deveria ser buscada não somente nas relações internas e sim nas relações tecidas nos níveis local e global.

O conceito de Segunda Escravidão, proposto por Dale Tomich, nos é relevante por destacar as mudanças ocorridas na economia mundial na virada pro século XIX. Ao invés do autor enxergar o século como o da crise da escravidão, ele pondera que enquanto na escravidão colonial o fluxo de mercadorias foi ditado por monopólios, por meio dos impérios coloniais, na escravidão do novecentos as conexões entre centro e periferia estiveram condicionadas aos ditames do mercado mundial.⁶

Diante disso é possível afirmar que a escravidão negra que perdurou durante o século XIX se diferiu dos moldes da escravidão colonial. Com o início

⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar. op cit. p. 239.

⁵ MARQUESE, Rafael de Bivar. op cit. p. 241.

⁶ TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EdUSP, 2011. p. 81-97. Cabe salientar que essa proposta pode encontrar ressonâncias no campo da História Global. Como Rafael Marquese e João Paulo Pimenta apontam em outro artigo, a tentativa da criação de uma História Global pode ser rastreada nas obras *Capitalismo e escravidão* (1944) do Eric Williams e *Os jacobinos negros* (1938) do C. L. R. James. Ressalto a importância das obras dos dois autores e a *Black Reconstruction in America* (1935) de W.E.B. Du Bois que de acordo com Lisa Lowe: “No entanto, onde James estava preocupado em vincular a história da revolução antiescravista no Haiti com os movimentos anticoloniais na África e no Caribe, Du Bois conectou a luta antiescravista dos negros americanos ao “novo capitalismo e a nova escravidão do trabalho” em toda a Ásia, África e as Américas dentro da globalização liderada pelos EUA” em: LOWE, Lisa. *The Intimacies of Four Continents*. Durham and London: Duke University Press, 2015. p. 165. Ver: MARQUESE, R.; PIMENTA, J. P. *Tradições de história global na América Latina e no Caribe*. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 8, n. 17, 29 abr. 2015.

da Revolução Industrial se intensificou a demanda por artigos tropicais decorrente dos “processos de expansão demográfica, barateamento dos custos de transporte e ampliação dos padrões de consumo doméstico (novo modo de acumular)”.⁷ Foi necessário um novo modelo de reordenamento do “fluxo de bens dentro da Europa e a tendência inflacionária das cotações internacionais induziram os impérios ultramarinos a adotarem agendas reformistas destinadas a maximizar o potencial agrícola de suas colônias americanas”.⁸

Do outro lado do atlântico, a Revolução de Saint-Domingue (1791-1804), alavancada pela revolta dos escravos, não somente findou o domínio colonial europeu como aboliu a escravidão. Às vésperas da revolução, a ilha era a principal produtora mundial de café e açúcar. Mesmo que as duas plantations se diferenciaram na composição da força de trabalho escrava de acordo com a sua geografia, economia e clima, o destino desse mercado foi o consumo de luxo da população da Europa continental e do Levante Asiático.⁹ Com a saída do Haiti, resultante da revolução, a oferta dessas mercadorias no mercado mundial foi alterada e novas regiões disputaram esse domínio.

No início do século XIX, portanto, ao mesmo tempo que a escravidão foi abolida em algumas regiões das Américas e do Caribe, nas regiões como o sul dos Estados Unidos, Cuba e Brasil ela se expandiu para atender a demanda de algodão, açúcar e café no mercado mundial. Essas três regiões se articularam sob a “consolidação da hegemonia britânica no plano internacional”.¹⁰

O artigo parte da premissa de que o Brasil se tornou o principal produtor de café no mercado mundial após a década de 1830 com um aparato político que possibilitou a manutenção do contrabando negreiro e a montagem da

⁷ PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p. 13.

⁸ PARRON, Tâmis Peixoto. op cit. p. 17.

⁹ Na véspera da revolução os autores destacam a centralidade da ilha na produção mundial do café no qual: “O salto na produção a cargo dos europeus ocorreu após a Guerra dos Sete Anos, em larga medida por conta da explosão cafeeira de Saint-Domingue. As exportações dessa colônia pularam do patamar de cerca de 3.100 t, em 1755, para perto de 34.000 t, em 1790. Na última data, a produção dos franceses nas Antilhas e no Índico (Saint-Domingue, Martinica, Guardalupe, Caiena, Reunião) somava cerca de 48.000 t, algo equivalente a 70% do total do globo, estimado em 69.400 t”. Em: TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: Muaze, Mariana; Salles, Ricardo (orgs). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2015. p. 26.

¹⁰ MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2015. p. 15.

cafeicultura na região denominada como Vale do Paraíba. Essa articulação entre o contexto nacional e global pressupõe que “os arranjos feitos dentro do Estado não espelham, não reproduzem, não traduzem as conjunturas globais, mas são, sim, as melhores respostas possíveis que os escravistas encontraram, no quadro de forças em que atuavam, para enfrentar as conjunturas globais”.¹¹

Mesmo com a abolição do comércio de escravos, em 1807, a tentativa de proibir o tráfico de escravos para o Brasil por parte da Grã-Bretanha não firmou efeito tão cedo. Durante a década de 1810 a América portuguesa “fazia promessas vagas” na campanha contra o tráfico. Com a fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, que contou com o apoio dos britânicos, as relações entre si se tornaram estreitas e a pressão inglesa perdurou. Durante o Congresso de Viena, em 1815, o governo britânico voltou a tocar no assunto e ficou decretado o fim do tráfico de escravos ao norte do Equador. Dessa maneira, “ficava o comércio de escravos privado de algumas fontes de abastecimento que serviam ao Brasil, entre as quais a Costa da Mina”.¹²

Com o processo de independência do Brasil a pressão inglesa recobrou “para que o país se comprometesse a proibir o comércio de escravos em troca do reconhecimento da independência”.¹³ O Brasil assinou o tratado junto com a Inglaterra em 1826, que só entrou em vigor em 1830, tornando o comércio de escravos proibido na nova nação. Adiante é decretada a Lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como “lei para inglês ver”, que reforçou a proibição do tráfico transatlântico. O artigo parte do princípio que ela não foi só para inglês ver como também possuiu uma importância central nos ditames da arena política nacional após sua promulgação. Ou melhor, por que essa lei não conseguiu por fim ao tráfico de escravos? Qual foi o seu efeito na política da escravidão do Império do Brasil? E como se deu as relações entre economia e política na primeira metade do novecentos, onde o contexto nacional e internacional se articulou mutuamente?

A política da escravidão do Estado nacional brasileiro esteve ancorada tanto no tráfico quanto no contrabando negreiro na primeira metade do século

¹¹ PARRON, Tâmis Peixoto. op cit. p. 24.

¹² COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 2010. p. 73.

¹³ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 18.

XIX. Para analisar a sua sustentabilidade e quais atores sociais e políticos estiveram a frente das articulações entre a manutenção do tráfico e os arranjos feitos dentro do Estado, é compreendido que:

[...] por política da escravidão não exatamente o comportamento de eleitores, mas uma rede de alianças políticas e sociais que, costurada em favor da estabilidade institucional da escravidão, contava com o emprego dos órgãos máximos do Estado nacional brasileiro em benefício dos interesses senhoriais; a esse modo de agir, é claro, correspondia também um protocolo discursivo, com seus lugares-comuns e suas verdades universais.¹⁴

Dessa forma, como a ascensão da economia cafeeira esteve intimamente ligada com a expansão da classe senhorial do Império, é interessante notar o contraste com a situação da economia do gado no Rio Grande do Sul.¹⁵ No estudo das relações entre economia e política da sociedade escravista gaúcha, analisado por Fernando Henrique Cardoso, é destacado que diferentemente da montagem da cafeicultura na região do Vale do Paraíba, no Sul, o poder da classe senhorial foi precário na medida em que a fragilidade da exploração econômica juntou-se com as restrições dos estancieiros e charqueadores aos meios de decisão políticos, administrativos e institucionais. Esse elemento de instabilidade não permitiu a criação de um poderio senhorial coeso. O efeito foi duplo: a relação de violência empreendida para a manutenção da escravidão revelou o precário domínio senhorial em contrapartida que “a inexistência de camadas senhoriais estáveis era, ao mesmo tempo, causa e consequência de uma série de desequilíbrios que se manifestavam no plano econômico”.¹⁶

Tal contexto político e econômico é relevante por demonstrar o funcionamento “do sistema de poder no Brasil imperial e suas consequências no plano econômico” tanto na sociedade escravista do Rio Grande do Sul quanto na do Vale do Paraíba. No caso do Sul “a ideia vulgar de que sobre o chefe local estruturava-se a pirâmide do poder, cujo ápice [...] meramente refletia o equilíbrio

¹⁴ PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 18.

¹⁵ Outra análise que busca articular a dinâmica histórica, política, econômica, social e demográfica da relação entre senhores e escravos no Estado imperial, só que no município de Vassouras no Rio de Janeiro, está presente em: SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Editora Difusão Européia do Livro, 1962. p. 201.

ou as tensões da base, parece ser insuficiente para explicar a dinâmica da política de facções e da política econômica imperial”.¹⁷

O mais relevante aqui, portanto, é notar o contraste da qual a economia do café e a classe senhorial, que esteve articulada na continuação da escravidão, detiveram meios “para que esta classe entretencesse práticas de vida – materiais, econômicas, sociais, culturais e políticas – em torno da construção de um Estado nacional, conformando-o como sua principal fonte de sustentação social e objeto de direção política”.¹⁸

Antes de analisar a *Sustentação dos votos dos deputados Raimundo José da Cunha Mattos e Luiz Augusto May*, de 1827, que sistematizou os ideais da classe senhorial, de líderes políticos do Vale do Paraíba entre outros coadjuvantes, é necessário observar como se deu a montagem da cafeicultura brasileira diante da conjuntura global da virada do século XVIII para o século XIX.

¹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. op cit. p. 211.

¹⁸ MUAZE, Mariana. Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial. In: Muaze, Mariana; Salles, Ricardo (orgs). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2015. p. 57.

I. “O BRASIL É O VALE”

Antes da Revolução do Haiti a colônia francesa foi uma das maiores produtoras de café. No ano de 1774, sua estimativa, nos dados sobre as exportações mundiais do café, alcançou à 18.000 toneladas métricas, superando o lêmén que até então liderava na produção do artigo e, tornando-se o principal produtor da commodity, chegou a exportar aproximadamente 50% do volume mundial total no início da década de 1790.¹⁹ O rápido crescimento das exportações de Saint-Domingue, após a Guerra dos Sete Anos, ditaram os rumos da economia cafeeira global. A ascensão da produção cafeeira da ilha esteve ancorada na escravidão e no tráfico de escravos.²⁰

A oferta do artigo esteve diretamente ligada a demanda dos grandes centros europeus. Parte dos estudiosos citados nesse artigo destacam a transição que o café teve de artigo de luxo para artigo de consumo. Como afirma Rafael de Bivar Marquese:

De fato, a oferta crescente de café da colônia francesa após a Guerra dos Sete Anos conectou-se diretamente ao que Jan de Vries denominou de “revolução industriosa”. Nos grandes centros urbanos da Europa ocidental setecentista, houve uma clara popularização do consumo do café, ao ponto de a bebida tornar-se uma espécie de luxúria dos pobres.²¹

Curioso de se notar que mesmo que a Revolução Industrial, desembocada pela Grã-Bretanha, tenha desempenhado um crescimento populacional e urbano, a Alemanha, a Holanda e os países do mar Báltico foram os principais consumidores do artigo oriundo da colônia francesa.²²

O crescimento da cafeicultura de Saint-Domingue esteve no centro dos acontecimentos que levaram à Revolução do Haiti. O impacto da revolução que perdurou de 1791 a 1804, “assombrou os poderes escravistas em todo o

¹⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar. As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c.1760-1840. História [online]. 2015, vol.34, n.2, p. 111-112. Esses dados são uma das poucas fontes disponíveis, no entanto, “como nos adverte Steven Topik, todas as estatísticas relativas ao café anteriores ao final do século XIX são bastantes imprecisas. [...] Nesse sentido, o que se apresenta na tabela deve ser tomado apenas como uma simples aproximação da ordem dos números, notadamente o volume total, calculado com base na suposição de que as posições relativas permanecem invariáveis para o período”.

²⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. op cit. p. 112.

²¹ MARQUESE, Rafael de Bivar. op cit. p. 114.

²² MARQUESE, Rafael de Bivar. op cit. p. 112.

hemisfério americano” e modificou a oferta mundial de açúcar e café.²³ Com o vácuo resultante da rebelião escrava, emergiram no mercado mundial novos produtores na região caribenha. Essas novas regiões já tinham produzido café antes de 1790. Foi o caso da Jamaica. Sua resposta foi imediata na virada pro século XIX com uma produção que “saltou para 6.000 t nos finais do século XVIII, atingindo o pico histórico de 13.5000 t em 1808”.²⁴ Foram nessas condições que P.J. Laboire produziu um importante livro sobre a cultura do café.²⁵ Como a Jamaica também era produtora de açúcar, assim como o Haiti, cabe algumas diferenças: as terras utilizadas para a cafeicultura e para a produção de açúcar foram diferentes; a mão de obra escrava foi alterada com a abolição do tráfico de escravos nas colônias britânicas em 1808; e houveram disputas entre os engenhos de açúcar e as fazendas de café. Isso fez com que a produtividade do café da Jamaica entrasse em queda e que até 1830 os engenhos de açúcar se sobressaíssem em relação ao café.²⁶

O comércio internacional de café e açúcar também foi disputado nas montanhas das Américas portuguesa e espanhola. No final dos anos 1780, a produção açucareira cubana foi proporcional a da América portuguesa. Logo, no início do século XIX, a colônia espanhola esteve preparada para as mudanças do mercado. Novos engenhos de açúcar e novas fazendas de café foram estabelecidas tanto no Oeste quanto no Leste cubano. Entre 1817 e 1818 foi assinado um acordo anglo-espanhol que decretava o fim do tráfico e concedia o direito de os britânicos vistoriarem os navios espanhóis e também foi promulgado a abertura dos portos em Cuba.²⁷ Dessa forma, o controle da economia entre a colônia e a metrópole “tornou-se apenas fiscal: a metrópole facilitava, com tarifas baixas, as saídas dos artigos cubanos ao mercado mundial, mas estabelecia taxas de importação que protegiam os produtos espanhóis na colônia”.²⁸

²³ TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: Muaze, Mariana; Salles, Ricardo (orgs). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2015. p. 27.

²⁴ TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 28.

²⁵ Ver: LABORIE, J. P. O fazendeiro de café na ilha de São Domingos. In: *O fazendeiro do Brasil*. Tomo 3, Parte 2. Rio de Janeiro: Oficinas de S. T. Ferreira, 1799.

²⁶ TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 29.

²⁷ PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p. 131-133.

²⁸ TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 32-33.

Ainda que a ascensão do mercado cafeeiro cubano esteve atrelada ao declínio advindo da rebelião em Saint-Domingue, a relação entre as ilhas foi mais ampla. A disposição de terras férteis juntamente com o comércio transatlântico de africanos escravizados, e o acolhimento aos imigrantes – os franceses oriundos da antiga colônia francesa²⁹ –, fez com que Cuba crescesse para cima do Haiti e que durante os anos entre 1806 a 1808 Cuba pudesse encostar no Haiti em comparação do total de importação de café pelos Estados Unidos, de forma que o avanço da ilha espanhola esteve interligado a regressão da nova nação independente até o momento em que ela foi ultrapassada.³⁰

O mais importante das relações entre os três países mencionados é que os Estados Unidos foram um importante parceiro comercial do Caribe. Como Tâmis Peixoto Parron apresenta em sua análise de três gráficos relativos à importação de açúcar e café e exportação dos EUA, entre 1790 e 1812, “primeiro os Estados Unidos substituem Saint-Domingue por Cuba como seu principal destino de mercadorias na região (montagem da economia escravista agroexportadora cubana)”. E logo depois “substituem Saint-Domingue por Cuba como seu principal fornecedor de açúcar e café (consolidação da economia escravista cubana)”.³¹

Ao contrário da produção da ilha jamaicana que estancou, durante a década de 1820, as de Cuba e Java estiveram em ascensão. Mesmo os preços internacionais do café em queda entre 1822 e 1830, a produção cubana atingiu aproximadamente os volumes que Saint-Domingues deteve em 1890.³² A segunda década do novecentos é notável por ser também o momento que a produção brasileira se assemelhou com as das principais produtoras mundiais.

O ano de 1808 foi um marco para a América portuguesa. Com a fuga da família real para o Rio de Janeiro, nova sede do Império Português, houve um novo reordenamento político e econômico para a nova capital da Coroa joanina. Em detrimento do crescimento populacional da região “ampliou-se

²⁹ Interessante notar que: “Os novos imigrantes foram decisivos para o know-how técnico necessário à produção do artigo, e esse saber rapidamente foi repassado para os proprietários que estavam montando cafezais na parte ocidental da ilha (eixo Vuelta Abajo-Matanzas”. Tanto a citação quanto a referência estão em: TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 33.

³⁰ Os dados apresentados e as conclusões apresentadas estão presentes em: PARRON, Tâmis Peixoto. op cit. p. 118-119.

³¹ PARRON, Tâmis Peixoto. op cit. p. 116.

³² TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 33.

substancialmente a demanda por gêneros de primeira necessidade”.³³ A isso coincidiu o contexto da abertura dos portos que “deu saída ao produto colonial português e, mais importante, estabeleceu de uma vez por todas o livre intercâmbio do Brasil com o mercado mundial”.³⁴ O economista João Manuel Cardoso de Mello ressalta que tanto a queda do “exclusivo metropolitano” quanto a posterior formação do estado nacional brasileiro marcaram a crise da economia colonial e a ascensão da economia mercantil-escravista cafeeira nacional.³⁵ Ele também aponta que de forma alguma isso esteve determinado.

A Revolução do Haiti é importante para o desenrolar dos acontecimentos no Brasil também por outra razão. Foi após a tentativa fracassada de retomar o controle do Haiti, que Napoleão se voltou para a Europa, acirrando as dificuldades de Portugal em se manter isento frente aos conflitos entre a França e a Inglaterra:

Respeitar o bloqueio seguindo uma agenda continental europeia (opção França) significava empurrar o Brasil para a Grã-Bretanha, resistir ao bloqueio a partir do Brasil (opção Grã-Bretanha) era entregar o reino à França. Na manhã de 24 de novembro do ano seguinte o Conselho de Estado decidiu que não se “devia perder um só instante em acelerar o embarque de Sua Alteza Real, o príncipe regente nosso senhor, e toda a real família para o Brasil”. A escolha não admira. [...] No transe dramático de novembro de 1807, era a América, não a Europa, que girava o eixo dinâmico da economia imperial portuguesa.³⁶

Até 1815, contudo, a vinda da família real para o Brasil não teve o efeito de estimular a produção cafeeira para exportação. Seria após às Guerras Napoleônicas, e a retomada da paz na Europa, que os produtores locais se sentiriam estimulados a aumentar a produção.

A abertura dos portos e o impulso à cafeicultura para a região sudeste trouxe consigo “a conexão direta dos senhores de escravos da América portuguesa com o mercado mundial”.³⁷ O tráfico transatlântico negreiro foi o alicerce para a escravidão brasileira dentro dos moldes da Segunda Escravidão, já que, “com a mudança de 1808, ela quase dobrou: na década anterior à

³³ TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 35.

³⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar. op cit. p. 116.

³⁵ MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p. 53-58.

³⁶ PARRON, Tâmis Peixoto. op cit. p. 155.

³⁷ TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 36.

chegada da família real, foram desembarcados cerca de 117.000 africanos no Rio de Janeiro e em seus entornos: na década de 1810, esse número saltou para 225.000”.³⁸ Esses escravos obtidos a baixo custo no trato atlântico foram atribuídos às lavouras de café que estiveram em crescimento cujos proprietários detiveram entre o porto carioca e o litoral de Santos uma estrutura com casas mercantis, armazéns etc., para a exportação de outras mercadorias.³⁹

Como se pode notar, nas primeiras décadas do novecentos, os senhores de escravos estiveram ligados às demandas do mercado internacional que de um lado possuíam infraestrutura para impulsionar a produção cafeeira no plano nacional e do outro que com o vácuo deixado pelo Haiti, e as conseqüentes oscilações do mercado e as disputas para ocupar esse domínio, responderam às exigências que foram condicionadas internacionalmente. Após 1815, porém, passamos a ter determinantes internos.

A noção de Vale do Paraíba deve ser compreendida não somente como uma região estritamente geográfica. No século XIX, a definição carregou outros significados como café, latifúndio e escravidão. Em relação a sua inscrição geográfica, ela pode ser dividida em sub-regiões, tal como:

[...] O alto Paraíba, ocupado por terras das nascentes até a zona de Queluz e Resende, na atual divisa dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; o médio Paraíba, da Barra Mansa até a região de São Fidéliz; o Baixo Paraíba, que engloba as terras deste ponto até a foz, correspondentes a grosso modo aos Campos dos Goitacases.⁴⁰

Essa região foi central para o estabelecimento de relações políticas, sociais e econômicas do Império do Brasil no nível local e global coincidentemente.⁴¹ Dessa maneira, é mais adequado pensar no Vale do Paraíba no seu sentido mais amplo, como uma construção histórica.⁴² A famosa expressão que reinou nessas terras durante o século XIX, “o Brasil é o Vale”, indica que a região do Vale não foi circunscrita somente às províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo, e de Minas Gerais, mas que sua acepção aglutinou todo o território do Estado nacional brasileiro, e que os sentidos dessa nova nação

³⁸ MARQUESE, Rafael de Bivar. op cit. p. 117.

³⁹ TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 36.

⁴⁰ TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 39.

⁴¹ MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2015. p. 14-15.

⁴² TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 62.

deveriam ser focalizados nesse complexo socioeconômico da qual a região cafeeira esteve inserida.

O cultivo do café no Brasil remonta ao século XVIII.⁴³ É meio comum as associações entre a crise da mineração e a ascensão da montagem das fazendas de café no Vale. Há, contudo, continuidade e contrastes que precisam ser evidenciados. A economia do café e a do ouro se sucederam no sentido que o tráfico transatlântico entre o Brasil e a África, ou melhor, entre a praça do Rio de Janeiro e os portos da África Central oriundos da mineração,⁴⁴ persistiram na montagem da cafeicultura. Já havia também a disponibilidade de vias que transpunha o Vale do Paraíba em seus vários sentidos. A disponibilidade de “terras virgens entre a Serra da Mantiqueira e os contrafortes da Serra do Mar, derivada da política oficial das ‘zonas proibidas’” e a um sistema de transportes, operado por mulas, deram ensejo para as mudanças políticas e econômicas do início do século XIX.⁴⁵

Contudo, mesmo com a disponibilidade de recursos não é possível compreender por si só o nascimento da economia cafeeira.⁴⁶ A resposta não foi imediata após o declínio da economia mineira. De 1790 até 1808 o que influenciou foram os eventos do nível global, que começa com a Revolução de Saint-Domingue, como já apontados, e a transferência da corte portuguesa, que juntos possibilitaram a formação da cafeicultura brasileira.

A chegada do café pelo Rio de Janeiro se expandiu para o norte e oeste de Minas Gerais e sul e sudeste de São Paulo. Se tomarmos a província de São Paulo, a entrada do artigo descende da região do Vale do Paraíba que teve os mesmos recursos naturais e também do litoral do Rio de Janeiro chegando a Ubatuba e São Sebastião. As matas foram derrubadas e substituídas pelos cafezais e a grande propriedade se sobressaiu.⁴⁷

⁴³ LUNA, Francisco Vidal, e KLEIN, Herbert. op cit. p. 83. Um trabalho clássico sobre a história do café no Brasil consta nos 15 volumes dedicados, em 1939, por Affonso de E. Taunay. Ver: Affonso de E. Taunay, *História do café no Brasil*. 15 vols. Rio de Janeiro, 1939-1943. Departamento Nacional do Café.

⁴⁴ Para uma visão do comércio bilateral entre o Brasil e Angola, em outras palavras, da formação do Brasil no Atlântico Sul, ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴⁵ Todos os pontos aqui reunidos estão presentes em: TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 34.

⁴⁶ MELLO, João Manuel Cardoso de. op cit. p. 55.

⁴⁷ LUNA, Francisco Vidal, e KLEIN, Herbert. op cit. p. 83; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 2010. p. 62.

Para suprir a demanda de gêneros de primeira necessidade proveniente do aumento populacional causado pela vinda da família real para a província do Rio de Janeiro, “a Coroa joanina buscou aprimorar a rede de caminhos que cortavam o centro-sul da colônia, estimulando a construção de estradas para ligar diretamente a zona produtora de mantimentos do sul de Minas Gerais à nova Corte”. As estradas da Polícia e do Comércio, que intermediou o transporte entre Minas e o Rio, tornaram-se centrais para a região do Médio Vale do Paraíba.⁴⁸ A expansão do Vale, em vista disso, esteve aberta a expansão da fronteira agrícola.⁴⁹

Diferentemente das plantações de açúcar, que no Brasil foram cultivados em solos distintos ao contrário de Cuba, o café detém condições peculiares para o seu cultivo. O café é uma planta que exige um longo tempo de amadurecimento e exigência de trabalho pro cultivo que pode durar até um ano.⁵⁰ Esse hiato de tempo, entre o plantio e a venda do artigo, que duram no mínimo em três anos – e cabe destacar que seu período de produção plena é alcançado com cinco anos –, exigiu que os agricultores incrementassem outras rendas para se manterem.⁵¹

Por esse motivo os fazendeiros empregaram a técnica de plantar feijão e milho entre os arbustos de café “com o duplo objetivo de garantir sombreamento para os pés-recém-plantados e manter a escravaria trabalhando de forma produtiva no amanho de mantimentos” e para consumir e comercializar tais gêneros.⁵² O milho servia para alimentar tanto os humanos quanto os animais. O consumo por parte dos animais o tornava comercializável e geraram outra fonte de renda.⁵³

A disposição dos pés de café, alinhados verticalmente, foram plantados “nos morros de meia laranja, em terrenos de derrubada e queima da mata”.⁵⁴ Tal configuração que tinha por objetivo facilitar o trabalho arruinou a terra. “Como o plantio em linhas retas não observou os contornos das terras onduladas do vale,

⁴⁸ TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 35-36.

⁴⁹ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. *A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia*. In: Rafael Marquese; Ricardo Salles (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 136.

⁵⁰ MELLO, João Manuel Cardoso de. op cit. p. 56.

⁵¹ LUNA, Francisco Vidal, e KLEIN, Herbert. op cit. p. 82.

⁵² TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 37; LUNA, Francisco Vidal, e KLEIN, Herbert. op cit. p. 82.

⁵³ LUNA, Francisco Vidal, e KLEIN, Herbert. op cit. p. 102.

⁵⁴ TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. op cit. p. 52.

a erosão do solo sobreveio [...]”.⁵⁵ As plantações assim dispostas possibilitaram a visualização e controle do trabalho escravo na extensão dos cafezais. Desse modo, o desenvolvimento da cafeicultura na região do Vale do Paraíba que dependeu do trabalho escravo, consumo em massa e modificação das terras, foi um desastre social e ecológico por excelência.

As condições do plantio e cultivo do café no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais, durante o novecentos, estiveram submetidas as condições de mercado que Dale Tomich apontou com o fim da economia colonial. A “segunda escravidão” não apenas destaca as novas regiões produtoras como compreende que as Américas e o Caribe foram o motor da economia mundial articuladas ao capitalismo europeu. O café foi central, no plano nacional, visto que sua ascensão coincidiu com o declínio da crise da economia colonial e a inauguração da economia nacional.

Na sua caracterização da “economia mercantil-escravista cafeeira nacional”, João Manuel Cardoso de Mello destaca que essa economia detém algumas condições. A primeira delas é a “disponibilidade de trabalho escravo a preços lucrativos”. Como foi ponderado acima, o tráfico negreiro transatlântico e o contrabando, a partir de 1830, foram determinantes na expansão e domínio na montagem da cafeicultura brasileira. No que refere “à existência de terras em que a produção pudesse ser rentável”, reitero a disponibilidade de terras férteis que foram utilizadas no Sudeste. Vale ressaltar que até a metade do oitocentos foi no Vale da Paraíba que a economia cafeeira brasileira se sustentou. Dado a sua expansão, “depois de ascender a uma posição dominante nas localidades vale-paraibanas nas décadas de 1820 e 1830, o café espalhou-se pelo restante da província, por fim centralizando-se na década de 1850 no Oeste Paulista, que se tornaria a principal região cafeeira do Brasil na segunda metade do século XIX”.⁵⁶ A terceira e última condição alude “às condições de realização, relativamente autônomas, porque dependem, também, do comportamento das economias importadoras”. Esse aspecto será retomado adiante.⁵⁷

⁵⁵ LUNA, Francisco Vidal, e KLEIN, Herbert. op cit. p. 103.

⁵⁶ LUNA, Francisco Vidal, e KLEIN, Herbert. op cit. p. 83-84. O economista Sérgio Silva identifica que durante a década de 1880 a produção do São Paulo substitui a do Rio de Janeiro. Ver: SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. Oitava edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 2001. p. 43-44.

⁵⁷ MELLO, João Manuel Cardoso de. op cit. p. 58-72.

Nas três primeiras décadas do século XIX, Mello identifica, na sua montagem da transição da economia colonial pra economia exportadora brasileira, que o café não era mais era produto colonial dado que o seu consumo se massificou, ou como apontam alguns historiadores, passou de artigo de luxo para artigo popular.⁵⁸

As condições da oferta brasileira residiram na disponibilidade de terras no Vale do Paraíba - que possuíam grande capacidade produtiva - somado ao sistema de transporte e ao volume de escravos desembarcados no Rio de Janeiro em 1820. É nesse contexto que a economia mercantil-escravista cafeeira se define para o economista pois ela esteve montada em uma larga produção dependente do trabalho escravo, englobada a um “sistema comercial-financeiro” que era controlado por suas respectivas nações. Sendo assim, para João Manoel Cardoso de Mello, a economia colonial estava destinada ao declínio com a ascensão da economia nacional.⁵⁹

As exportações brasileiras entre 1815 a 1830 se expandiram de 1.500 para 30 mil toneladas por ano.⁶⁰ Mello vê como inevitável que para a massificação do artigo uma queda nos preços seria necessária. Para os preços se manterem baixos deveria haver tanto uma importação quanto um consumo em massa. Em vista disso, ele pondera que a demanda externa não deteve uma autonomia na qual a economia brasileira fosse submetida de forma estática pois “é a própria expansão da oferta brasileira que permite, em ultima análise, que a demanda se amplie constantemente e, ao mesmo tempo, estimule novamente, dentro de certas condições, o crescimento da oferta”.⁶¹ O mercado do produto se sustenta, portanto, no movimento recíproco entre a nação produtora e a consumidora. Nesse sentido, os fazendeiros do Vale do Paraíba foram os formadores dos preços do café no mercado mundial e foram por eles formados, afinal, se não houvesse demanda não haveria produção.

No que refere aos preços, João Manuel Cardoso de Mello pontua o movimento oscilatório dos preços que consiste nas seguintes características: do tempo de maturação da monocultura cafeeira que dura até cinco anos; da

⁵⁸ MELLO, João Manuel Cardoso de. op cit. p. 56.

⁵⁹ MELLO, João Manuel Cardoso de. op cit. p. 53-58.

⁶⁰ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. op cit. p. 137.

⁶¹ MELLO, João Manuel Cardoso de. op cit. p. 56-57.

demanda externa – que também esteve submetida às condições de consumo do produto; e das condições naturais – como, por exemplo, o desgaste do solo. Logo, as oscilações dos preços possuem caráter cíclico. E aqui ele destaca que esses preços também dependem tanto das condições de demanda como da economia exportadora.⁶²

Pode-se tomar como exemplo a queda dos preços de café no mercado mundial entre 1822 e 1849. Antes da queda “os primeiros cafeicultores brasileiros plantaram café, esperaram cinco anos para colocar a safra no mercado e ganharam”, outros fazendeiros colocaram o café no mercado, mas mesmo no período de queda obtiveram lucro. Sucessivamente mais café foi sendo produzido nos intervalos de maturação. Dessa forma, “os preços do café caíram entre 1822 e 1849 justamente por causa da produção brasileira! Sem necessariamente saberem disso, os senhores de escravos dos Vale do Paraíba se converteram em price makers no mercado mundial do café”.⁶³

Num outro artigo, Rafael de Bivar Marquese ressalta a importância de articulação entre a Primeira República Norte-Americana ao Império do Brasil na medida em que houve uma “subordinação do café brasileiro aos ritmos da economia norte-americana, tanto no que se refere à sua destinação final como à formação de preços” e aqui o autor e Mello estão em consonância em relação à definição dos preços, e também uma “estrita articulação dos destinos políticos da escravidão no Império do Brasil aos destinos políticos da escravidão na federação norte-americana”.⁶⁴

Somado ao contexto de ascensão da economia cafeeira brasileira, a conjuntura política da nação esteve em disputas referentes à demanda de mão de obra escrava para sustentar a demanda do mercado internacional, que se alargou a partir da década de 1830. Dessa forma, a análise da *Sustentação dos votos dos deputados Raimundo José da Cunha Mattos e Luiz Augusto May, sobre a convenção para a final extinção do comércio de escravos* é imprescindível na medida que ela articulou o discurso de soberania da nação adjacente ao tráfico negro.

⁶² MELLO, João Manuel Cardoso de. op cit. p. 65-67.

⁶³ MARQUESE, Rafael de Bivar. *As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira*. Revista de História (USP), v. 169, p. 241-242, 2013.

⁶⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil*. Almanack [online]. 2013, n.5, pp.51-61. ISSN 2236-4633.

II. “E O VALE ERA O ESCRAVO”

Com processo de independência do Brasil a legitimidade do Tratado de 1815 e da Convenção de 1817 se tornou relativa. O tratado seguido da convenção assinado entre Portugal e a Inglaterra, proibiu o tráfico negreiro fora do domínio das colônias portuguesas e restringiu seu alcance do norte da linha do Equador. Nos anos adiante, o tráfico de escravos continuou e a Grã-Bretanha manteve sua pressão à nova nação emergente. Uma dessas tentativas foi o reconhecimento da independência brasileira que se daria somente se um novo tratado de abolição do tráfico fosse negociado. Proveio, então, um tratado relativo à independência, em 1825, e outro referente ao tráfico em 1826. Cabe destacar que, “o acordo entraria em vigor três anos após sua ratificação, que ocorreu em 13 de março de 1827 e previa o fim da importação de escravos para o Brasil, sem nenhuma exceção”.⁶⁵ No plano nacional, durante a década de 1820, não houve um consenso a respeito da necessidade de abolição do tráfico. Com a possibilidade de corte de mão de obra escrava, advinda da pressão britânica, houve um vínculo entre a assinatura do tratado e a demanda dos escravos, de modo que “a expansão do café e as atividades de abastecimento no Centro-Sul respondiam por parte significativa dessa demanda: a média anual de importações era de 40 mil escravos na primeira metade da década de 1820 e ultrapassou 60 mil escravos por ano entre 1826 e 1829”.⁶⁶ É nítido como a ameaça do fim do tráfico intimou os interesses escravistas.

Dado esse contexto, cabe nos perguntar, de que modo o Brasil continuou importando tanto africanos, que eram destinados principalmente para a região do Vale do Paraíba, se a Grã-Bretanha exigiu o fim do tráfico em sua diplomacia com a nova nação emergente? Quais os atores sociais e políticos asseguraram essas negociações? Como que o Estado nacional brasileiro esteve, desde sua constituição, articulado ao tráfico negreiro?

A Sustentação dos votos dos deputados Raimundo José da Cunha Mattos e Luiz Augusto May, sobre a convenção para a final extinção o commercio de escravos, publicada em 1827, na Rua do Ouvidor, nos auxiliou a pensar nos

⁶⁵ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 60.

⁶⁶ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. op cit. p. 62.

questionamentos aqui levantados. Esse documento adquire importância central visto que nas duas décadas entre 1830 e 1850, período da qual o café brasileiro ascendeu no mercado mundial, na região do Vale do Paraíba, o debate sobre a continuidade do tráfico de escravos esteve na ordem do dia. Como se vê, no panorama aqui apresentado, o contexto econômico, político e social estão amplamente interligados na montagem da cafeicultura brasileira na primeira metade do oitocentos. Em frente às possibilidades de abordagem que, de um lado “se numa perspectiva macro vislumbram-se as relações entre estado, classe senhorial, política escravista e montagem da estrutura produtiva no vale do Paraíba”, do outro “reduzindo o foco de observação, é possível analisar a diversidade de sujeitos históricos que interagiam cotidianamente nos diferentes espaços das plantations cafeeiras”. Aqui tem-se em vista as articulações entre as leis relativas ao tráfico, o estado nacional brasileiro e a classe senhorial que estiveram agregados em uma política da escravidão.⁶⁷

Assim sendo, vamos em direção a análise do panfleto que privilegiou o voto e a fala do deputado Raimundo José da Cunha Mattos, militar que esteve a serviço do Estado imperial. O documento se divide em um voto seguido de uma fala, do deputado Cunha Mattos, e de outro voto, uma carta e falas do deputado Luiz Augusto May. O método adotado para a investigação consistiu na análise direta do discurso do Cunha Mattos e sua relação com a bibliografia aqui abordada. Dito isso, segue a posição do deputado referente a extinção do comércio de escravos.

O deputado Raimundo José da Cunha Mattos iniciou seu voto comentando a Convenção Adicional ao Tratado de 22 de janeiro de 1815. A Convenção de 1817, que teve por finalidade a restrição e proibição do tráfico de escravos, tornou-se central para a defesa de seu voto. De acordo com o deputado, para o Brasil, a convenção “he derogaria da honra, interesse, dignidade, independência, e Soberania da Não Brasileira”.⁶⁸

⁶⁷ MUAZE, Mariana. *Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial*. In: Muaze, Mariana; Salles, Ricardo (orgs). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2015. p. 80.

⁶⁸ MATTOS, R. J. da Cunha. *Sustentação dos votos dos deputados Raimundo José da Cunha Mattos e Luiz Augusto May, sobre a convenção para a final extinção o commercio de escravos*. Rio de Janeiro: Imp. Typographia de Pedro Plancher-Seignot, 1827. p. 3.

Os motivos para essa caracterização advêm do problema de o governo legislar, de modo que a Assembleia Geral deveria exercer essa função, subordinando, dessa maneira, o Brasil aos instrumentos jurídicos ingleses e privando, vale o destaque, a liberdade dos brasileiros de negociarem escravos nos portos africanos livremente. Em seguida, de impedir que a economia nacional entrasse em concorrência com os estrangeiros, possibilidade essa dada pela abertura dos portos, se submetendo, dessa maneira, à “lei do mais forte”. De dizimar a agricultura e a navegação, visto que, para a primeira, por o trabalho rural ser pesado haveria uma *necessidade* de escravos nessa região, e tiraria dos navegadores o seu meio de subsistência que foi mantido nas rotas entre a África, o Brasil e a Ásia. De diminuir as rendas do estado que esteve ligada a entrada de escravos; do estado nacional ainda não ter uma população tão forte que substituísse a necessidade dos negros escravizados; e por a Câmara dos Deputados já ter apresentado uma proposta de abolição gradativa do tráfico de escravo. A opinião de Cunha Mattos ao tratado e a convenção, alvos da sua sustentação direcionada à Câmara dos Deputados, finalizou o voto declarando que:

Desaprovo por tanto a Convenção feita com o Governo Britanico sobre a forçada abolição do Commercio de Escravos (forçada pelas ameaças de hostilidades no caso de opposição da nossa parte). Desaprovo o inconstitucional Decretamento do crime de Pirataria, e todas as suas barbaras consequências; e declaro que o Governo, e a Nação Brasileira forão coactos obrigados, oprimidos, sujeitados e compelidos pelo Governo Inglez a huma onerosa, e degradante Convenção sobre os nossos negócios internos, domésticos, puramente Nacionaes, e da unica competencia do Livre, e Soberano Poder Legislativo, e do Augusto Chefe da Nação Brasileira.⁶⁹

Com a abolição do comércio transatlântico de escravos entre suas colônias, e sua hegemonia econômica e política durante o século XIX, a Inglaterra que apoiou a vinda da família real também impôs para além de seus domínios a sua política da escravidão.⁷⁰ Em suma, questões referentes à soberania, ao tráfico de escravos, e à economia do Império do Brasil estiveram no centro da crítica que o deputado direcionou à convenção de 1817.

⁶⁹ MATTOS, R. J. da Cunha. op cit. p. 4.

⁷⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 2010. p. 73-74.

Em sua fala, o deputado Cunha Mattos mencionou que ele não defende a eternidade do comércio de escravos pois esse seria um valor contrário ao Século das Luzes. Sua defesa indica que o momento para o fim do comércio estaria num futuro e que esse ato deveria vir da nação brasileira e não por influência do governo da Inglaterra. Diante dos tratados e convenções estabelecidas entre D. João VI, soberano de Portugal, Brasil e Algarves, e a Inglaterra, e sua subsequente volta à antiga sede da monarquia em 1821, que culminou com a Revolução do Porto, o domínio de Portugal sobre a colônia portuguesa esteve em crise. Logo, “a necessária consequência desta medida foi a terminação de todos os Pactos, e ajustes, que a respeito da antiga Monarquia tinha celebrado o Snr. D. João VI., com diversos Príncipes Estrangeiros em que tinha o primeiro lugar o Rey da Inglaterra”.⁷¹ A conclusão que o deputado chegou foi que com a nova conjuntura política emergente da independência do Brasil os antigos acordos entre a Inglaterra e Portugal também deveriam ser findados.

Em adição a sua crítica à subordinação do estado nacional aos interesses ingleses, o deputado afirmou que o tratado⁷² também traria efeitos para a economia do império. Ele menciona que antes da abertura dos portos existiu uma elite capitalista interna. Com o fim do exclusivismo, isso se desestruturou, visto que se instalou uma subordinação econômica já que “os Estrangeiros vierão estabelecer-se nos Portos do Imperio; abrirão lojas para vender em grosso, e em retalho; fizerão se Mascates; vagão de casa em casa com as suas lojas portateis, e tendo a seu favor maior industria, e Capitaes, maior numero de Navios, e menos fretes; comprando os gêneros em primeira mão, e por isso os mais baratos excluem dos mercados aos Negociantes Brasileiros [...]”.⁷³ Conclui-se, portanto, que para o deputado o tratado e a subsequente convenção foram hostis tanto política quanto economicamente para o Brasil que tinha acabado de se tornar independente na medida em que a nova nação deveria possuir as suas próprias demandas e não estar condicionada às determinações de interesses dos estrangeiros.

⁷¹ MATTOS, R. J. da Cunha. op cit. p. 5.

⁷² Em alguns momentos durante a fala, o deputado se utiliza das palavras tratado e convenção de modo que elas parecem se referir a mesma coisa.

⁷³ MATTOS, R. J. da Cunha. op cit. p. 6.

Aparentemente, o voto e a fala do deputado se restringiu somente aos acordos entre o Brasil e a Inglaterra. Entretanto, em sua defesa da soberania nacional também foi articulado um vínculo entre a África e o Brasil. Antes disso o deputado destinou parte de sua fala para especificar a situação dos africanos na região da Costa da África e, como consequência, sua ligação com o tráfico de escravos.

Ainda que o deputado Raimundo José da Cunha Mattos tenha definido o comércio de escravos como odioso, que de acordo com sua fala seria menos do que se supõem, ele relatou através da ida à Costa da África que:

Eu bem conheço, que a certeza da venda desafia a cubiça do Poderoso, e que dahi nascem maiores hostilidades; mas também conheço que quando não houvessem meios de vender, haverião meios de matar, e meios de fazer sacrifícios em memoria dos Antepassados! *E não será melhor, que os infelices tomados em guerra sejao condusidos para fora da Africa do que serem assassinados por hum braço sempre armado?* Eu penso, Sr. Presidente, que a sorte dos primeiros he mais feliz do que a fos segundos; aquelles podem ser venturosos, em quanto estes devem ter huma verdadeira certeza de serem sacrificados.⁷⁴

Aqui transparece a visão que o deputado deteve do modo de vida dos africanos. Guerras, mortes e vendas nas regiões visitadas por ele, que foram comuns em outras sociedades mencionadas ao decorrer da fala, se apresentaram como mais temerosas do que a condição de ser escravizado no estado brasileiro. Em como consequência disso, para Cunha Mattos, os negociantes de escravos, que vão aos portos da África, não participam dos crimes dos chefes africanos “que se fazem huma continua guerra, pelo mesmo modo que se fazia na mais alta antiguidade”.⁷⁵ Referente aos escravos, visto que os trabalhos são excessivos nas áreas rurais brasileiras, haveria uma demanda na qual os “pretos, e os pardos por terem huma contituição forte, resistem mais; entretanto a mortalidade he maior, que o numero de nascimentos e estes lugares virião a ser refugio das feras, e das aves, no caso de não existirem homens pretos, e pardos que fossem povoa-los”.⁷⁶ Na sua associação dos atributos dos pretos e pardos à uma certa resistência física, o deputado associou a demanda

⁷⁴ MATTOS, R. J. da Cunha. op cit. p. 7, grifo nosso.

⁷⁵ MATTOS, R. J. da Cunha. op cit. p. 7.

⁷⁶ MATTOS, R. J. da Cunha. op cit. p. 8.

de escravos diretamente à continuação da agricultura no Brasil. Em sua ênfase, “ninguém me pode convencer de que em cessando o Commercio de Escravos não ha de diminuir grandemente, ou pelo menos ficar por muito tempo paralisada a agricultura!”.⁷⁷

Se antes deveria provir do Brasil e não a Grã-Bretanha uma decisão referente ao tráfico de escravos, já que das maiorias das nações das quais ele conheceu nenhuma foi obrigada a findar o tráfico, em seguida foi moldada uma necessidade da mão de obra escrava no Estado nacional brasileiro de acordo com o olhar racista que o deputado tinha dos pretos e pardos. O Brasil, portanto, estaria salvando os africanos na medida em que eles estariam condenados a uma guerra permanente dentro do continente africano. Dessa forma, é possível afirmar que na fala do deputado Cunha Mattos existiu uma relação intrínseca entre a continuidade do tráfico e a soberania nacional. Para o Brasil se constituir como uma nação seria necessário o trabalho escravo de uma multidão de africanos. Por outro lado, para o tráfico seguir sem intervenção, o Brasil teria que assumir o controle conforme suas aspirações.

Mesmo que ele aprovou a condição do Brasil determinar o fim do tráfico imediatamente, pois “se hoje for Decretada por nós a extinção do trafico, fico satisfeito, mas se ella acabar em consequencia das ameaças do Governo Inglez, continuarei a dizer que está atacada, e deprimida a honra, dignidade, reputação, e a Soberania do Povo Brasileiro”,⁷⁸ o estado nacional teria que lidar com a agricultura, comercio e despesas públicas já que estariam entrelaçadas com o destino do tráfico negreiro.

Próximo do fim do seu voto e da sua fala, Cunha Mattos se voltou a tratar da Grã-Bretanha, só que da sua relação com a Costa da África. Da iniciativa abolicionista por partes dos ingleses, ele a enxergou como filantrópica e política dado que a agricultura do Brasil e de países que não são do domínio da Inglaterra estiveram ameaçados já que os ingleses:

[...] desejão constituir-se Senhores da Costa d’África; fexar hermeticamente os seus portos a todos os Estrangeiros, e destruir as fontes das riquezas, que os podem incomodar! Esta he a verdadeira politica do Governo Inglez; Governo

⁷⁷ MATTOS, R. J. da Cunha. op cit. p. 8.

⁷⁸ MATTOS, R. J. da Cunha. op cit. p. 11.

sábio, e cheio de Patriotismo que se quer aproveitar de todas as circunstancias que lhe podem ser favoráveis.⁷⁹

A desconfiança do deputado teve correspondência com a hegemonia britânica no início do século XIX. De acordo com a fala, as condições do Brasil estiveram condicionadas aos interesses da Inglaterra no plano mundial e a abolição do tráfico inglês não foi um ato de clemência e sim um interesse de manutenção da hegemonia imperial britânica.

Como uma resposta aos que disseram que não era possível romper com a tratado e a convenção assinadas, o deputado aludiu a outros que já tinham sido anulados: “Rompiam-se fazendo outro novo Tratado, ou Convenção, e as altas partes contratantes continuavam a conservar a harmonia, e a antiga amizade. O melhor seria não terem os nossos Ministros annuido a este Tratado, e não fazerem nenhum outro que seja prejudicial aos interesses do Imperio”.⁸⁰ A crítica do Cunha Mattos ao tratado e a convenção, de 1815 e 1817, não foi, de modo algum, restrita a esses acordos. Ressalto, outra vez, que esteve em questão tanto a política da Grã-Bretanha no plano mundial quanto a possibilidade de soberania do Estado nacional brasileiro de decidir à sua própria maneira o destino do tráfico negreiro transatlântico.

Destaca-se ainda que no início da década de 1830 a produção cafeeira brasileira se tornou o epicentro do mercado mundial de café. Cada vez mais desembarcaram africanos no porto do Rio de Janeiro. À vista disso, é possível afirmar que a *Sustentação dos votos dos deputados* foi central aos ideais pró-escravistas que circundavam entorno da capital do Estado imperial. Contudo, vale ressaltar, esse panfleto sozinho de forma alguma determinou os rumos que tomariam o Brasil nos anos seguintes. Sua importância residiu em articular a defesa do tráfico negreiro aos interesses dos senhores de escravos de dentro do aparato político nacional.

⁷⁹ MATTOS, R. J. da Cunha. op cit. p. 15.

⁸⁰ MATTOS, R. J. da Cunha. op cit. p. 16.

III. POLÍTICA E ESCRAVIDÃO

Dois anos antes da *Sustentação dos votos dos deputados*, José Bonifácio formulou uma Representação e um projeto que viriam a ser apresentados na Assembleia Constituinte em 1823. Conhecido por suas ideias antiescravistas, no panfleto defendeu a extinção do tráfico negreiro e a abolição gradual da escravidão. O interessante de justapor esses dois panfletos é de perceber a circulação de opiniões, até mesmo opostas, no início do Poder Legislativo do país que após a independência esteve à frente da pressão abolicionista da Inglaterra por um lado e do crescimento da produção cafeeira por outro.

O final da década de 1820, data da defesa do voto e do pronunciamento do deputado Raimundo José da Cunha Mattos, é marcado por um quando institucional relativamente instável no plano nacional. Já no início da Regência (1831-1840) a região do Vale esteve sob sedições e insurreições. Entre a abdicação de D. Pedro I, em 1831, e a promulgação do Ato Adicional, em 1834, afloraram-se discussões públicas, “às vezes, as tensões atingiam o centro nervoso da sociedade escravista, como a tomada de Ouro Preto por facções adversárias (1833), do que sobreveio a revolta de Carrancas; outras traduziram-se em explorar o delicado problema das relações raciais entre os não escravos, como as gazetas com os assustadores títulos que remetiam à cor da pele [...]”.⁸¹

A “política da escravidão” do Império do Brasil, termo oriundo da historiografia norte-americana e ampliado por Tâmis Parron, entende que ao invés de se apreender um comportamento individual que legitimavam o sistema escravista, o foco deveria residir na,

[...] rede de alianças políticas e sociais que, costurada em favor da estabilidade institucional da escravidão, contava com o emprego dos órgãos máximos do Estado nacional brasileiro em benefício dos interesses senhoriais; a esse modo de agir, é claro, correspondia também um protocolo discursivo, com seus lugares-comuns e suas verdades universais”. Portanto, é cabido destacar que essa política, longe de ser algo inerte, foi sendo tecida de acordo com a conjuntura nacional e internacional.⁸²

⁸¹ PARRON, Tâmi PARRON, Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 128-129.

⁸² PARRON, Tâmis Peixoto. op cit. p. 17-19.

A Lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu o tráfico de escravos no Brasil, longe de ser uma lei meramente “para inglês ver”, teve efeitos mais amplos para a soberania nacional.⁸³ Nos dois primeiros artigos da lei ficou determinado que todos os escravos vindos de fora para o Brasil estariam livres e que os que chegassem aqui seriam apreendidos e retornados para à África.⁸⁴ O efeito da lei sobre a soberania se deu no campo da macro política, sobretudo na demarcação entre o Executivo e Legislativo, que no Brasil “essa tensão se materializou na avaliação da diplomacia conduzida sob a preeminência do Executivo”. Dessa maneira, como sugere Tâmis Parron, a lei “pode ser entendida como exercício probatório de autonomia dos órgãos representativos”.⁸⁵

Após promulgada a lei, da qual Parlamento brasileiro “ampliou o âmbito de incidência do tratado; ao qualificar também o proprietário de criminoso”,⁸⁶ a entrada de africanos na costa brasileira diminuiu subitamente até o ano de 1835. Desse período em diante, as vozes pró-escravistas voltaram a se articular na opinião pública e junto com “uma ampla coalizão de ex-liberais moderados e ex-caramurus com setores dos proprietários rurais mais capitalizados do centro-sul – base da formação do futuro Partido Conservador” pleitearam a revogação da Lei de 7 novembro de 1831.⁸⁷ De 1835 até 1850 foi tecida uma rede de alianças pelos líderes Regresso com o objetivo de garantir a reabertura do tráfico negreiro “em nível sistêmico” de dentro do Executivo, do Senado e da Câmara. A política da escravidão entrou em sua face ilegal e o Estado nacional brasileiro permitiu a escravização de aproximadamente 800 mil africanos através do contrabando.⁸⁸

Pode-se notar, portanto, a importância que a economia cafeeira brasileira adquiriu no mercado mundial. A região do Vale do Paraíba, que teve sua história remodelada com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, se tornou o centro de articulações entre os arranjos políticos e econômicos no plano nacional e

⁸³ PARRON, Tâmis Peixoto. op cit. p. 84-90.

⁸⁴ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 79.

⁸⁵ PARRON, Tâmis Peixoto. op cit. p. 85.

⁸⁶ PARRON, Tâmis Peixoto. op cit. p. 87.

⁸⁷ TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: Muaze, Mariana; Salles, Ricardo (orgs). O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2015. p. 47-48.

⁸⁸ PARRON, Tâmis Peixoto. op cit. p. 121-192.; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. op cit.

internacional. Se de um lado a Grã-Bretanha na arena diplomática pressionou as autoridades para extinguir o tráfico de africanos, do outro o Estado imperial arquitetou um arcabouço que deu sustentação à continuidade do tráfico ilegalmente. Como são homens os que dirigem o estado, foram deliberações políticas, a exemplo do pronunciamento do deputado Cunha Mattos, e a defesa da classe senhorial, que estenderam a escravidão e deram um novo sentido a ela, articulando ao capitalismo histórico do século XIX. Resta-nos, contudo, saber quais foram as respostas a esse cenário daqueles que estiveram submetidos à incalculáveis violências entre as relações com seus senhores, com a nação e da ordem do dia que demandaram produção, consumo e destruição em massa.

Fontes e bibliografia

I. Fontes:

A) Primária:

MATTOS, R. J. da Cunha. *Sustentação dos votos dos deputados Raimundo José da Cunha Mattos e Luiz Augusto May, sobre a convenção para a final extinção o commercio de escravos*. Rio de Janeiro: Imp. Typographia de Pedro Plancher-Seignot, 1827.

II. Bibliografia:

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Editora Difusão Européia do Livro, 1962.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 2010.

JAMES, C.L.R. *Os jacobinos negros. Touissant l'ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000 [1938].

LUNA, Francisco Vidal, e KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira*. *Revista de História (USP)*, v. 169, p. 223-253, 2013.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c. 1760-1840*. *História* [online]. 2015, vol.34, n.2, pp.108-127. ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/1980-436920150002000060>.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil*. *Almanack* [online]. 2013, n.5, pp.51-61. ISSN 2236-4633. <https://doi.org/10.1590/2236-463320130503>.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. *A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia*. In: Rafael Marquese; Ricardo Salles (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 99-162.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MUAZE, Mariana. *Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial*. In: Muaze, Mariana; Salles, Ricardo (orgs). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2015.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-09102015-151621. Acesso em: 2020-10-02.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Oitava edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 2001.

TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EdUSP, 2011.

TOMICH, Dale; MARQUESE, Rafael. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: Muaze, Mariana; Salles, Ricardo (orgs). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2015.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1944].